



USAID
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS

FACILITANDO O AMBIENTE DE NEGÓCIOS
PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO
SPEED+

SUMÁRIO DA COMPONENTE DE AGRICULTURA | JUNHO 2019

Facilitando o Investimento e a Competitividade na Agricultura

TEMPO DE ACTIVIDADE

Agosto 2016 até Agosto 2020

FINANCIAMENTO TOTAL DA USAID

USD 11.2 milhões

PARCEIROS

Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA)

Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER)

Ministério de Indústria e Comércio (MIC)

Instituto de Fomento do Cajú (INCAJU)

Unidade de Semente Básica (USEBA) do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM)

Instituto de Cereais de Moçambique (ICM)

Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA)

Associação Industrial do Cajú (AICAJU)

Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Nampula (ACIANA)

Grupo de Reflexão do Fórum de Consulta sobre Terras (GRFCT)

Grupo de Doadores que Apoiam o Sector Agrário e o Desenvolvimento Rural (AgRED)

IMPLEMENTADO POR

DAI Global and Nathan Associates

VISÃO GERAL

A agricultura tem um contributo de 24% para o produto interno bruto (PIB) de Moçambique e emprega cerca de 80 por cento da força de trabalho activa. Apesar das potenciais vantagens competitivas em termos de clima, sazonalidade e proximidade de grandes mercados, a agricultura de Moçambique continua a ser, predominantemente, de subsistência, com competitividade limitada, tanto a nível regional como internacional. As questões de políticas e regulamentares, entre as quais se incluem as distorções do mercado no sector da exportação de cajú, os encargos fiscais sobre a produção dos pequenos agricultores, a insegurança da posse da terra e a fraca administração fundiária, criam um efeito de arrasto no sector agrícola. O SPEED+ trabalha com as suas contrapartes para estabelecer políticas seguras e não distorcivas, bem como reformas jurídicas e regulamentares, e para desenvolver a capacidade institucional necessária para estabelecer um ambiente propício ao investimento privado, criar empregos e aumentar a competitividade do agronegócio de Moçambique.

QUADROS ORIENTADORES E PARTES INTERESSADAS PARA A REFORMA DA POLÍTICA AGRÍCOLA

O quadro do SPEED+ para a reforma da política agrícola baseia-se nas prioridades do programa "Feed the Future" (FTF) da USAID, bem como na agenda de desenvolvimento da agricultura moçambicana, expressa no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário 2010-2019 (PEDSA), Plano Nacional de Investimentos para o Sector Agrário (PNISA) e Plano Operacional para o Desenvolvimento Agrário 2010-2019 (PODA). A abordagem do SPEED+ assegura que as reformas apoiadas sejam sensíveis às questões de ambiente e género e eliminem os entraves ao envolvimento bem-sucedido das mulheres nas actividades agrícolas do sector privado.

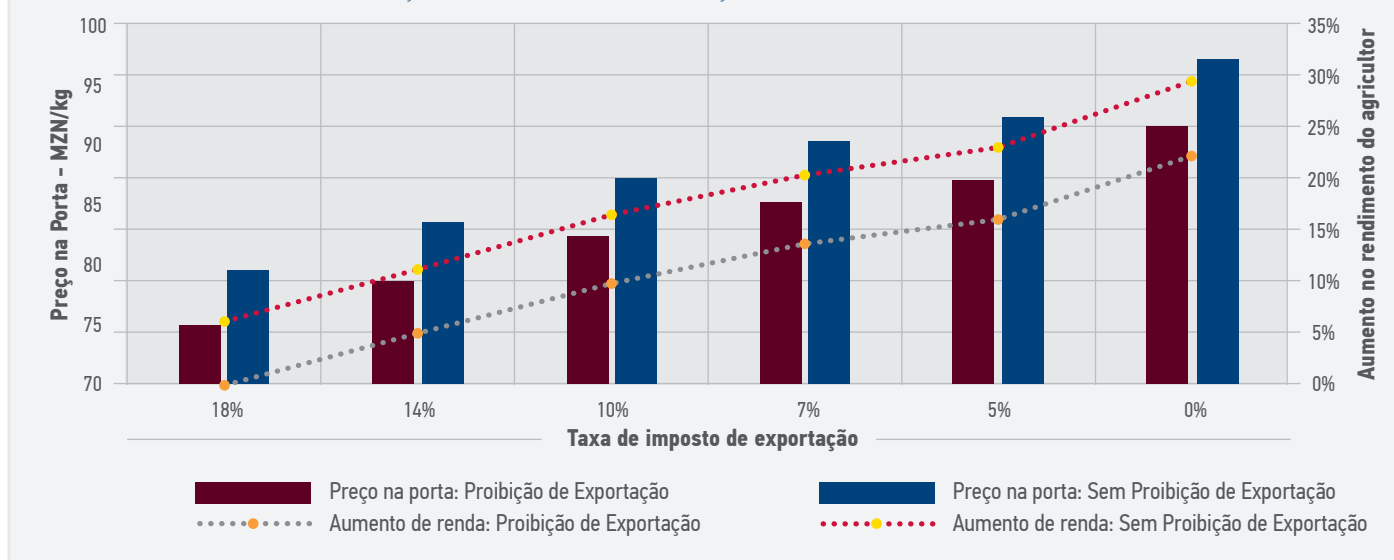
REFORMA NO SECTOR DA EXPORTAÇÃO DE CAJÚ

O quadro jurídico e regulamentar da indústria do cajú, principalmente no que se refere ao imposto de exportação de 18% sobre a castanha de cajú em bruto (RCN), a proibição da exportação de RCN nos picos de temporada e ao papel intervencionista do Instituto de Fomento do Cajú (INCAJU), têm vindo a limitar a competitividade da indústria do cajú em Moçambique ao longo de várias décadas. O SPEED+ colaborou com o Governo e com o sector privado em dois estudos-chave: *Economia do Sector do Cajú* (com enfoque no imposto de exportação) e *Revisão do Regulamento do Cajú*. Estes dois estudos detalharam a forma como as políticas e leis actuais distorcem o mercado do cajú, reduzem a competitividade da indústria do cajú em Moçambique e limitam a expansão da produção de cajú. Em consequência, mudanças estão a ocorrer tanto para a Lei do Cajú quanto para o Regulamento.

Desenvolvida através de um extenso processo consultivo e participativo, a proposta de revisão da Lei do Cajú, acordada entre a maioria das partes interessadas, prevê uma redução imediata do imposto de exportação, bem como a sua eliminação total no prazo de 5 anos. A Lei ainda se encontra em fase de discussão, mas os benefícios para os pequenos agricultores por via da redução do imposto de exportação e da eliminação das restrições à exportação são mostrados de forma clara.

A Reforma do Regulamento do cajú, integralmente aprovada e publicada no âmbito do Decreto n.º 78/2018, estabelece a passagem da utilização de um preço mínimo obrigatório para um preço de referência, facilita a proibição da exportação em picos de temporada e altera o papel do INCAJU, que deixa de se limitar à prestação directa de serviços para passar a desempenhar funções de regulação e coordenação. Estas reformas melhoram a eficiência do sistema do mercado e criam incentivos adequados para os agricultores investirem na produção.

IMPACTO DA POLÍTICA NOS PREÇOS DA PORTA DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E NOS RENDIMENTOS DOS AGRICULTORES



TRIBUTAÇÃO DA PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES COM PEQUENAS EXPLORAÇÕES

A Tributação Autónoma é um imposto de 35% que é cobrado, automaticamente, em todas as compras feitas a vendedores que não se encontrem registados no sistema fiscal. Trata-se de um desincentivo poderoso que impede as empresas agrícolas do sector formal de fazerem compras à maioria dos 5 milhões de pequenos agricultores não registados de Moçambique. Através de uma pesquisa no terreno, efectuada em conjunto com a Autoridade Tributária e a CTA, o SPEED+ elaborou propostas no sentido de isentar deste imposto as compras feitas a pequenos produtores que não tiverem capacidade para emitir facturas, e acrescentar uma definição clara de "pequena actividade de exploração agrícola e pecuária". A solução ainda está a ser analisada pela Autoridade Tributária, entretanto, o SPEED+ continuará a informar as partes interessadas e a promover reformas que facilitem o desenvolvimento do sector agrícola.

ADMINISTRAÇÃO FUNDIÁRIA

A criação de um mercado mais líquido e seguro no que se refere aos direitos de uso da terra constitui um alicerce necessário para viabilizar o investimento agrícola e o desenvolvimento rural. O mercado de terras é uma questão política altamente sensível em Moçambique, pelo que todo o trabalho do SPEED+ é realizado com base numa consulta pública aprofundada e alargada, e na orientação fornecida pelas principais partes interessadas do Governo e do sector privado.

O SPEED+ está a apoiar o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) na melhoria da administração fundiária e da gestão do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT).

O SPEED+ desenvolveu um conjunto actualizado de normas técnicas para a atribuição de DUATS, que abrange tanto as candidaturas individuais a DUAT (pedidos) como a regularização sistemática de direitos de uso informais já existentes (RDUAT). O SPEED+ também forneceu recomendações para novos regulamentos sobre o planeamento do uso da terra no âmbito dos DUAT, que permitam maior flexibilidade na adaptação do uso da terra às mudanças das condições do mercado, eliminar as revogações de DUAT na sequência de desvios do uso da terra de pouca gravidade e reduzir as possibilidades de corrupção.

O SPEED+ também elaborou duas notas técnicas para servirem de base ao desenvolvimento de regulamentos que orientem o envolvimento da comunidade: *Consulta Comunitária de DUAT* e *Mecanismos de Representação Comunitária nas Terras*. As conclusões serão analisadas durante a realização de consultas públicas em todo o país, a nível regional, provincial e distrital, orientadas por facilitadores do SPEED+ com formação adequada e provenientes da sociedade civil, meio académico, sector privado e governo. A posterior elaboração de instrumentos jurídicos irá estabelecer os processos de consulta comunitária para a delimitação das terras e atribuição de DUAT a terceiros pela comunidade, além de definir os contornos dos mecanismos de gestão interna para fins de representação comunitária e tomada de decisão. Em última análise, os regulamentos ajudarão a garantir que, tanto os investidores como quaisquer outras entidades que procurem obter um título sobre a terra, se envolvam em consultas significativas com as comunidades locais, de modo a que, quando os DUAT forem emitidos, os acordos sejam considerados válidos e justos por todas as partes.

CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

O SPEED+ está a melhorar a capacidade das instituições públicas que desempenham funções críticas no desenvolvimento do sistema do mercado agrícola. O apoio fornecido ao Instituto de Cereais de Moçambique, à Unidade de Semente Básica do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique e ao Sistema de Informação de Mercados Agrícolas do MASA, ajuda a alinhar a estrutura e as actividades das instituições com os requisitos de um sistema de produção e comercialização agrícola orientado para o mercado e liderado pelo sector privado. O SPEED+ também está a ajudar o Departamento de Protecção das Plantas do MASA a estabelecer o quadro jurídico e regulamentar para a gestão fitossanitária, em consonância com as melhores práticas internacionais e princípios comerciais não distorcivos.